



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

Requerimento nº

Requer apoio à realização de seminários no Estado de Santa Catarina para discutir o Plano Estadual e os Planos Municipais de Educação de Forma articulada com o PNE e com o piso nacional do magistério.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho através deste requerer o apoio da Comissão de Educação e Cultura na realização de seminários no Estado de Santa Catarina para discutir o Plano Estadual e os Planos Municipais de Educação de Forma articulada com o PNE e com o piso nacional do magistério.

Justificação

O novo PNE apresenta diretrizes, metas e estratégias específicas de concretização para as políticas públicas no campo da Educação.

Aspectos como universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas a serem alcançadas por meio da aplicação do PNE. No mesmo sentido com relação a questões, dentre outras, como: incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral; avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os atores envolvidos na educação do país; estímulo e expansão do estágio.

A realização dos seminários no Estado de Santa Catarina visa articular diretrizes, metas e estratégias componentes do plano estadual e dos planos municipais de educação com as propostas aprovadas no novo PNE, e, ainda, por no âmbito dessa mesma articulação uma outra componente importante para o progresso da Educação: o piso nacional do magistério.



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

No dia 31/10/2012, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados visando apresentar uma proposta alternativa para o reajuste do piso salarial dos professores da rede pública de educação. Já tramita nesta Casa a proposta oriunda do Poder Executivo (Projeto de Lei 3776/08), que, por sua vez, é defendida por Estados e Municípios.

Além disso, partiu desta Casa, uma importante proposta, ao Ministério da Educação e à Casa Civil, para a edição de uma Medida Provisória que garanta ganho real para os professores e assegure a continuidade da política de valorização salarial do magistério.

Diante das propostas existentes e da necessidade de se estabelecer uma política nacional para professores do ensino médio, entendemos ser necessário promover o debate em torno da construção do piso nacional do magistério, razão que enseja o presente requerimento.

Brasília, em 07 de novembro de 2012.

**Pedro Uczai
Deputado Federal - PT/SC**